

Uma novidade para os estudos de ciência: a “teoria” do ativo-passivo de Fleck

CARLOS ALVAREZ MAIA*

Enfim temos Fleck em português. “Gênese e desenvolvimento de um fato científico” acaba de sair editado pela Fabrefactum, uma editora especializada em textos dos, chamados, estudos sociais da ciência, com ênfase em sociologia do conhecimento científico.

Fleck possui uma indiscutível importância para a análise historiográfica, em geral, reconhecida como a de alguém que antecipou as idéias de Thomas Kuhn por cerca de trinta anos. Entretanto, além desse fato hoje questionável, de Fleck ser um mero precursor de Kuhn, há outros fatores que solicitam uma atenção cuidadosa para a obra sociológica desse médico polaco. Fleck ainda traz um frescor para as pesquisas em torno desse objeto bastante problemático: as ciências da natureza. Ele se mostra inovador e apresenta uma solução inesperada para os dilemas atuais que persistem incomodando pesquisadores.

Esses dilemas advêm da seguinte situação: hoje, ao contrário do modelo herdado do século XIX, tornou-se consenso compreender a atividade científica como um produto da sociedade. Diz-se que a ciência é uma construção social, mais uma dentre tantas. A ciência perde seu caráter majestático como uma produção de indivíduos geniais que alcança certezas inabaláveis, as verdades científicas. Ao dizer-se que algo é construído socialmente enfatiza-se o caráter convencional dos acordos societários, dessas verdades. Não há mais um absoluto, para além da sociedade, que defina conceitos como Verdade e Realidade, grafados em maiúscula. Todos são conceitos relativos, dependem dos grupos sociais nos quais são estabelecidos: há uma verdade para muçulmanos, uma para palestinos, outra para judeus. A realidade dos negros é diferente da dos gays, das mulheres ou dos “chicanos”. Assim, o absolutismo cientificista que orientava nossas visões de mundo desapareceu em meio a tantas incertezas e entramos no império do relativismo de nossa época, compreendida como pós-modernidade.

* Doutor em História. Professor de Teoria da História e de História da Ciência, UERJ. Coordenador do Laboratório de estudos históricos da ciência, Lehc-UERJ. E-mail: alvarez@iis.com.br

Hoje, tudo parece se reduzir a um jogo sociológico no qual os agentes sociais são os únicos que decidem. Não há mais uma verdade DA natureza, a natureza parece não participar das decisões. As certezas dos agentes mostram-se como crenças estritamente sociais. E a natureza onde fica? Como fica? Desapareceu como agente?

Nesse quadro, a solução de Fleck é admirável: sua sociologia trata com mais riqueza os processos de construção social, e em particular o saber científico, sem os reducionismos relativistas típicos do sociologismo. Ele captura a extensão dos arranjos e acordos societários, porém, propõe que haja limites para a vontade dos agentes, há condições que permitem que se extraiam certezas no terreno movediço do relativismo. São condições dadas por fatores de resistência que reduzem a autonomia e coagem a atividade dos agentes sociais, denominados por Fleck de “*acoplamentos passivos*”. Tais elementos de resistência, coerções à passividade daqueles agentes, delineiam o que é a “*realidade*”, a “*objetividade*” e a “*verdade*” para o grupo social.(FLECK, 2010: 50)

Em Fleck, a ciência é entendida em sua complexidade de ser simultaneamente um construto societário no qual os humanos são agentes ativos e que, também, é uma construção que está obrigada a obedecer às conexões naturais inevitáveis, que ele denomina de “*passivas*”.(FLECK, 2010: 83)

Essa “teoria” do passivo-ativo (ver também FLECK, 2010: 93, 127) é um dos grandes filões desenhados por Fleck que equaciona de forma mais satisfatória os atuais dilemas, ditos pós-modernos, da pesquisa sociológica. Fleck explica como a produção de certezas ocorre no tecido societário porém, para tanto, exige que os fatores naturais estejam presentes e participem.

É interessante entender como esses resultados são obtidos. Como Fleck escapa dos exageros relativistas sem deixar de ser um relativista? Como a sua sociologia consegue isto? Essa será a boa surpresa reservada àqueles que saborearem suas páginas.

O texto de Fleck segue um padrão didático de explicação. Ele se divide em 4 capítulos, nos quais o primeiro e o terceiro são mais descritivos e tratam de estudos de caso, já nos capítulos que lhes seguem – o segundo e o quarto – Fleck faz uma análise sócio-histórica e epistemológica dos casos examinados. No primeiro capítulo, descritivo, ele examina o desenvolvimento histórico da construção do conceito de “*sífilis*” como uma doença – uma entidade nosológica –, desde o século XV, ocasião em que era observada

como “*epidemia venérea infligida por um ser superior como castigo por uma volúpia pecaminosa*”.(FLECK, 2010: 152) Em seu evoluir histórico, a definição de “sífilis” vai sofrendo mutações até que na entrada do século XX os critérios definidores modificam-se e, então, um outro estudo de caso é montado por Fleck que prossegue em sua análise sobre o entendimento do que seja a sífilis.

Esse novo caso é avaliado no capítulo terceiro acompanhando a elaboração dos novos parâmetros nosológicos para a sífilis através do desenvolvimento da reação de Wassermann. A partir de um primeiro artigo de Wassermann, em 1906, ainda que possuísse pressuposições equivocadas, obteve-se finalmente “*um ponto fixo*” após 15 anos de pesquisas efetuadas pelo entrelaçamento de diversas alternativas.(FLECK, 2010: 122-127) Encontrou-se o solo firme no qual se fixa a “realidade”. Fez-se o “fato”. Assim Fleck constata como a relação entre a reação de Wassermann e a sífilis passou a designar um fato científico e como uma nova realidade é constituída.(FLECK, 2010: 118)

Fleck toma esse acontecimento como “*paradigma de muitas descobertas: a partir de pressuposições falsas e muitos primeiros experimentos irreproduzíveis surgiu, após muitos erros e desvios, uma descoberta importante*”.(FLECK, 2010: 123) Este é um caso exemplar da maneira enredada pela qual realiza-se a pesquisa científica cujo objetivo é encontrar o solo firme dos fatos. “*Uma rede em flutuação constante, que se chama realidade ou verdade*”.(FLECK, 2010: 127)

Já nos capítulos segundo e quarto, Fleck se dedica a uma análise crítica de ambas situações anteriormente descritas. À luz desses dois estudos de caso, Fleck introduz e exemplifica com clareza os conceitos de seu aporte histórico-sociológico, em uma “*teoria comparada do conhecimento*”, como ele aprecia enfatizar. Daí decorrem seus bem conhecidos conceitos, interligados, de coletivo de pensamento (*Denkkollektiv*) e de estilo de pensamento (*Denkstil*), este lançado por Mannheim, que retratam a pesquisa como um trabalho coletivo submetido aos jogos políticos dos agentes, aos acordos e arranjos societários. Assim, produz-se o réquiem para as interpretações que, ainda dominantes em sua época, apresentavam as ações individuais criativas, e até geniais, como as responsáveis pelo progresso do saber humano. Com Fleck o saber torna-se uma questão sociológica e a própria epistemologia integra-se a análises sócio-históricas. “*A lógica deriva do social*”, comenta Condé no prefácio.(FLECK, 2010: xiv)

É um grave equívoco simplificador tomar Fleck como precursor de Kuhn e imaginar que seus conceitos sejam equivalentes aos kuhnianos de “comunidade” e de “paradigma”. Em Kuhn, a comunidade científica é um conjunto razoavelmente homogêneo e autônomo que representa uma mítica república da ciência – difundida por Michael Polanyi –, já em Fleck, o coletivo de pensamento é hierarquizado e marcado por fricções internas. O coletivo não é um corpo isolado, ao contrário, ele interage com seu exterior e reflete a sociedade. Assim Fleck é bem mais fiel à complexidade e especificidade sociológica da pesquisa. O seu coletivo é estruturado em círculos concêntricos estratificados, desde o mais central e esotérico dos líderes daquele grupo até o mais exotérico dos não-iniciados. Essa estruturação fornece uma dinâmica sócio-epistemológica que movimenta o agir e pensar dos pesquisadores condicionados pelo estilo de pensamento que lhes é agregado.

A movimentação é viabilizada por sua “teoria” do passivo-ativo que serve de motor para os deslocamentos das maneiras pelas quais os pesquisadores vêem o mundo e definem o que é a realidade. Essa “teoria” impede posições estáticas, os agenciamentos passivo e ativo não são localizados em tipos de agentes – sejam sociais ou naturais – nem estão estabilizados em situações definidas, eles trocam seus papéis dependendo do olhar do analista histórico ou da cena observada. Uma coerção do estilo de pensamento que promove uma atitude passiva ante o caráter inevitável e factual de uma ocorrência é a mesma coerção que pode inspirar a atividade criativa em outra. Ou seja, o dueto ativo-passivo é tão dependente de seu contexto de referência quanto o par autor-ator. (FLECK, 2010: 145, 152)

A dinâmica traçada por Fleck reflete o seu principal objetivo: demonstrar como o **FATO** é uma produção social e é constituído historicamente. A sua meta é desfazer o modelo compreensivo do realismo cientificista e sua ingenuidade sociológica. Nesse realismo, toma-se como fato aquilo que é objetivo, que independe de nossa vontade, que possui uma existência real. O conhecimento seria justamente a explicação causal desse fato, suas causas naturais. Forneceria as razões lógico-epistemológicas da ocorrência do fato, compondo uma lei científica. Essa explicação faria a conexão de tal fato com os demais fatos já solidamente estabelecidos. Assim, o destino da pesquisa científica se resumiria a encontrar o solo firme dos fatos.

Na visão de Fleck, a pesquisa tem como meta desvendar fatos, isto é, descobrir resistências às intenções, detectar oposições aos desejos subjetivos. Aquilo que resiste é dito objetivo, um fato. “*O trabalho do pesquisador consiste em diferenciar, no meio da confusão incompreensível, no caos que enfrenta, entre aquilo que obedece à sua vontade e aquilo que resulta de si mesmo e que resiste à sua vontade*”.(FLECK, 2010: 144) E mais uma vez estamos ante a dinâmica do ativo-passivo, agora observada sob a ótica da volição do pesquisador.

Tal como já anuncia no título de sua obra, Fleck procura mostrar como o fato é construído e sofre transformações em sua percepção individual-coletiva. A constatação do que é um fato é mostrada como mutante e fluida no devir histórico. O fato não é algo fixo, permanente e independente de nós, os humanos, mas ele desliza, ele sofre contínuos deslocamentos na temporalidade. O fato pertence a uma determinada configuração histórica, é um texto em seu contexto e ambos se movimentam, se modificam levando de roldão o próprio sujeito que também flui na história, como diz Fleck: “*o processo do conhecimento altera o sujeito do conhecimento*”.(FLECK, 2010: 136) Nada é estático, tudo é devir: fato, sujeito e contexto, verdade e erro.

Essa crítica fleckiana à ontologia das existências em si – de um fato que estaria lá num mais além, no mundo natural, aguardando sua descoberta – é contundente. Ele denuncia como conceitos abstratos são promovidos, pelo estilo de pensamento, ao *status* de um fato concreto. “*Na realidade, não existem doenças, mas apenas pessoas doentes*”.(FLECK, 2010: 64 n 1)

Até a clássica dicotomia da teoria do conhecimento é rompida. Em Fleck, pouco resta da divisão ontológica entre Sujeito e Objeto como fundamento do saber. Ao sistema binário Sujeito-Objeto ele contrapõe uma relação interativa triádica. O fato, ou melhor, a sua constituição como algo materialmente “real”, depende de três fatores que interagem reciprocamente: o conhecimento já estabelecido, os atores do conhecimento e aquilo que deve ser conhecido.(FLECK, 2010: 51, 81) Entre a realidade já instituída e a realidade a ser constituída encontra-se o sujeito de um estilo de pensamento coletivo.

Esse triângulo – entre sujeito, mundo e estilo – impõe uma postura relativista *sui generis* bem diversa da apresentada pelo relativismo sociológico mais extremo de nossos dias. Nesse sociologismo, a realidade do mundo depende estritamente dos acordos firmados em sociedade, as convenções e crenças estabelecidas entre os atores

sociais decidem o que é o real. Já em Fleck adiciona-se mais complexidade explicativa à simplicidade desse modelo idealista. O caráter pragmático da proposta fleckiana mostra o conhecimento como prática: o fato – inclusive o fato científico – decorre de uma **experiência**, de um confronto das pessoas com o mundo natural. E o mundo não se apresenta em si, em um estado de natureza, despido de sua historicidade. O mundo já possui uma história anterior que coage os agentes sociais.

Nem o mundo nem os agentes são livres, flutuando na natureza idílica, mas estão imersos na história. O olhar, o sentir, o agir e o próprio viver estão condicionados pelo saber já consolidado, condicionados pelo estilo de pensamento dos sujeitos que habitam o mundo histórico.

A coação histórica que atua sobre os sujeitos é um conceito fundamental em Fleck, essa coação aprisiona os indivíduos em estilos de pensamento. Este é o conceito de *Gestaltsehen*, da percepção da forma;(FLECK, 2010: 133, 142) trata-se daquilo que estabelece o desenho do mundo e que é constitutivo de cada ser histórico. A maneira pela qual os sujeitos se colocam no cenário do mundo e olham suas coisas depende do *Gestaltsehen*, das significações que esses sujeitos herdaram, usam e também as que imprimem e legam ao devir. Esse *Gestaltsehen* é o que possibilita que tais sujeitos assumam o papel ativo ou passivo em cada confronto, é o núcleo motriz da “teoria” do passivo-ativo. Assim fecha-se o ciclo de agenciamentos motores que movimentam o mundo histórico e alimentam todo e qualquer desenvolvimento, seja dos fatos, seja do saber, seja dos indivíduos, seja da própria história. Há história pois o humano vê e age no mundo segundo sua historicidade. O humano não nasceu assim, ele ganhou sua humanidade, tornou-se humano por adquirir uma capacidade simbólica de interagir através do *Gestaltsehen*. O homem é um animal simbólico, uma entidade semiológica que vive num mundo igualmente simbólico. A realidade, desde a mais concreta e material, é uma realidade semiológica constituída nesse embate.

“Assim se forma uma engrenagem universalmente coesa de fatos que se mantém em equilíbrio mediante constantes efeitos recíprocos. Esse entrelaçamento interligado confere ao ‘mundo dos fatos’ uma persistência maciça, causando a sensação de uma realidade fixa, da existência autônoma do mundo”.(FLECK, 2010: 154)

Com esse conjunto de estratégias conceituais – com a “teoria” do ativo-passivo, com o estilo, com o coletivo e com a percepção da forma –, Fleck desenvolve seu modelo explicativo que, nos parece ainda hoje, uma trilha segura para a análise do saber científico como prática.

Nos dias atuais, Fleck ainda permanece na linha de frente dos embates e desafios que as pesquisas enfrentam. Especialmente sua “teoria” do ativo-passivo dá uma resposta diferente e mais produtiva para as questões contemporâneas que circulam na área dos estudos de ciência como também na própria disciplina sociologia.

Penso especialmente nos impasses advindos do relativismo sociológico e seus questionamentos trazidos pelas diversas formas de realismo. A historiografia clássica da história da ciência mostrava a pesquisa como uma ação de descoberta, descoberta de leis e fatos que já estariam postos na natureza, disponíveis para aqueles que possuíssem habilidades para percebê-los. Dizia-se que o pesquisador deveria estar em uma posição passiva para que sua subjetividade não interferisse nos destinos da pesquisa. A natureza é que cumpriria o papel ativo, objetivo, ditando as leis e regras de funcionamento do mundo. Por isso Galileu falava que fazer ciência era “saber ler o Livro da Natureza” para capturar as Leis que já estariam inscritas na Natureza. Estávamos na era do realismo cientificista.

Com o surgimento do programa forte da sociologia do conhecimento, de Barnes e Bloor, em meados da década de 1970, ocorreu uma reviravolta nessa perspectiva. A ênfase agora era considerar a atividade científica como uma produção social. Os acordos societários estabeleciam o que era verdade, aliás, esses autores substituíam o conceito epistemológico de verdade pelo conceito sociológico de crença. Para Bloor, tanto a verdade quanto os erros eram construções sociais – esse era o teor de seu princípio de simetria. Tal princípio teve grande repercussão e difundiu um olhar relativista que causava incômodo aos cientistas e embaraço aos autores ortodoxos da historiografia anterior. Esses autores perguntavam: e a natureza onde fica se as decisões são tomadas exclusivamente pelos atores sociais? Bastam acordos societários para definir o mundo dos fatos?

No relativismo há uma inversão de papéis, os seres humanos tornam-se agentes ativos e a natureza, no caso mais radical, é inerte, passiva. Saiu-se do realismo e entrou-se na era do sociologismo.

Dentre aqueles que mais fizeram oposição a essa ditadura do social encontra-se Michel Callon e Bruno Latour que desenvolveram um “princípio de simetria generalizada” – ampliando o de Bloor, considerado mais simples – com o intuito de corrigir os transtornos relativistas. Nesse novo princípio, a hipótese é que as coisas e os humanos sejam simétricos, ambos atuem e sejam agentes ativos, em interação. Por trás dessa boa idéia, entretanto, há um grave problema pendente: é necessário mostrar as maneiras pelas quais ocorre a relação entre “*humanos e não-humanos*”, como Latour se apraz designar.

Apesar de muitos esforços, Latour e Callon não demonstraram até o momento como acontece efetivamente a ação das coisas sobre os humanos. Eles se embaralharam em jogos retóricos simulando a agência das coisas através de similaridades com os atos volitivos humanos – na tentativa de estabelecer uma “simetria”. Eles mostram as vieiras, as lombadas, o ácido láctico, dentre outros elementos em seus textos, em atitudes dramatizadas como simétricas – são atitudes animistas que expressam suas “vontades” e “intenções” às pessoas.

Evidentemente que essa situação é bastante insatisfatória e é um notável exemplo da necessidade de novos instrumentos de análise para orientar as pesquisas nos estudos de ciência, hoje. Em contraste com as inconseqüências atuais encontramos em Fleck uma potência explicativa que resolve bem a relação entre as pessoas e o mundo: os indivíduos sociais possuem um papel ativo (como quer o relativismo sociológico) mas também sofrem o agenciamento dos objetos naturais (como quer o realismo cientificista).

Em Fleck é evidente que ambos, a natureza e a sociedade, atuam. Ambos podem ser ativos, porém, ambos também podem ser passivos. Atividade e passividade não são papéis fixados em personagens, dependem do contexto histórico e situacional, decorrem de suas referências. Aqui encontra-se toda a riqueza e complexidade da sua “teoria” do ativo-passivo.

Mas a questão fulcral da contribuição de Fleck ocorre com a possibilidade explicativa do *Gestaltsehen* que fornece um formato adequado para entender a ação das coisas sobre as pessoas. Se Fleck entende os indivíduos como entidades simbólicas e que interagem com as coisas materiais por intermédio do *Gestaltsehen*, então, a recíproca será necessária. Isto é, as pessoas agem **no** mundo através do *Gestaltsehen* e, reciprocamente, são afetadas **pelo** mundo através do mesmo expediente. O espaço simbólico é o *locus* onde a interação – da pretensa simetria latouriana – entre “humanos e não-humanos” ocorre.

Um exemplo simples esclarece mais: como a lombada na estrada ou o semáforo em um cruzamento atuam sobre as pessoas? Não é através do animismo, da “vontade” ou “intenção” daquele objeto. Mas sim através da significação que tal objeto apresenta para aquela pessoa. A significação afeta a pessoa. A cor vermelha, ou a protuberância no piso, são sinais decodificados pelo agente simbólico, justamente por ele ser simbólico. A interação é semiológica.

Situação análoga se dá com uma ultrassonografia. Ela emite sinais: para um leigo são manchas de claros-escuros; para o especialista o significado é preciso: “feto no 5º mês do sexo masculino”. Cada um deles é afetado diferentemente pois há distintas formas de percepção, os agentes situam-se em estilos de pensamento diferentes. Mas, ambos são afetados pelos sinais respectivos, possíveis de captura por cada *Gestaltsehen*.

Esperamos que esse Fleck tenha intensa vida produtiva em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fleck, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Tradução: Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.